

Meinong, Russell e a *Barba de Platão*

HENRIQUE DE LIMA SANTOS*

Resumo

O “problema das coisas que não são” vem há muito tempo andando de mãos dadas com a filosofia, visto que desde seus primórdios, a filosofia se depara com este grande enigma. No presente artigo trataremos sobre o problema do “não-ser”, ou ainda, o problema, segundo Quine, da *Barba de Platão*. Primeiramente, veremos como Quine constrói o problema da *Barba*, e elabora alguns ataques a ela. Posteriormente, observaremos como Alexius Meinong adiciona um tônico capilar à barba com a sua Teoria de Objeto. Por fim, trataremos sobre como Bertrand Russell desenvolve sua Teoria das Descrições solucionando, entre outras coisas, o velho enigma platônico.

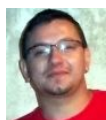
Palavras-chave: Teoria de Objeto; Teoria das Descrições; A barba de Platão; Não-ser.

Meinong, Russell and the Beard of Plato

Abstract

The "problem of the things that are not" has long walking hand in hand with philosophy, since from the very beginning, the philosophy is faced with this great puzzle. In this article we analyze on the problem of "non-being", or the problem, according to Quine, the Beard of Plato. First, we will see how Quine builds problem Beard, and unleashes some attacks her. Subsequently, we look at how Alexius Meinong adds a hair tonic to shave with his Theory Object. Finally, we will deal about Bertrand Russell developed his Theory of Descriptions solving, among other things, the old Platonic riddle.

Key words: Theory Object; Theory of Descriptions; The Beard of Plato; Non-being.



* **HENRIQUE DE LIMA SANTOS** é graduando da 8ª fase de Filosofia pela Universidade Federal da Fronteira Sul - Erechim/RS; Ex-bolsista do Subprojeto do Pibid Filosofia da UFFS; Bolsista do Projeto de Monitoria de Lógica.

Introdução

O “problema das coisas que não são” vem há muito tempo andando de mãos dadas com a filosofia¹. A maioria dos filósofos está ciente deste problema e tentam elaborar uma resposta a tal questionamento. Então, é sobre esta temática que trataremos neste artigo. Chamaremos esse problema de *a Barba de Platão* (daqui em diante “a Barba”). Este foi o nome dado ao problema pelo filósofo norte americano W. v. O. Quine. Segundo ele, esse

[...] é o velho enigma platônico do não-ser. O não-ser deve em algum sentido ser, caso contrário o que seria aquilo, que não é? Essa doutrina emaranhada pode ser apelidada de *a Barba de Platão* (QUINE, 1975, p.223).

Desde muitos anos, a filosofia tenta desemaranhar esta barba, porém, para Quine, ela é obscura e não há maneira de apará-la. Inegavelmente, a *barba* tirou muito do fio da navalha de Ockham². Um exemplo ilustrativo é o seguinte: tomemos a proposição “Unicórnios não existem”. Ora, o que é mesmo aquilo que não existe? Certamente são os unicórnios. Mas, afinal, os unicórnios existem ou não? Os defensores da *barba* são taxativos em afirmar que o não-ser, ou seja, os unicórnios, têm que, de alguma maneira, ser ou existir.

¹ Se segue-se a proposta de Quine, a resposta a tal problema fica fácil, mas o caminho até tal resposta é difícil de trilhar. Segundo Quine, a resposta para a pergunta “O que há?”, seria nada mais nada menos que “Tudo!”. Logo, “aquilo” que não há simplesmente não há.

² G. de Ockham (1285 – 1347) foi um filósofo medieval e criador da chamada “Navalha de Ockham”, que é um princípio lógico que afirma que as entidades não devem ser multiplicadas para além da necessidade. Assim quem ataca a *barba* usa a navalha como uma ferramenta.

Este problema é introduzido na filosofia por Parmênides de Eléia. Dizia ele que a via do *não ser* é impossível; só se pode falar e pensar, e chegar ao conhecimento, sobre a trilha do ser. Em outras palavras, o *não ser* não pode ter forma alguma de existência. E é com Parmênides que Platão está dialogando constantemente. No diálogo *Sofista*, Platão tenta esboçar as qualidades dos sofistas. Os sofistas são considerados por Platão como desenvolvedores da “arte do simulacro”. Assim, para que Platão tenha êxito, é preciso explicitar como é possível que o sofista crie os simulacros. Dito de outra maneira, precisa-se entender como é possível dizer o que não é. Vejamos o que o próprio Platão (2007) afirma:

Estamos [...] realmente empenhados numa investigação muito difícil, pois a matéria de *aparecer e parecer*, mas *não-ser*, e de dizer coisas, mas não verdadeiras – tudo isso é agora, como o foi sempre, motivo de muita perplexidade. [...] é sumamente difícil compreender que forma de discurso um indivíduo deveria usar para dizer que realmente há a falsidade e, ao dizê-lo, não se envolver em contradições. [...] Porque essa afirmação implica a hipótese audaciosa de que o *não-ser existe*, pois se assim não o fosse a falsidade não poderia vir a ser (PLATÃO, 237a).

Percebe-se que a grande dificuldade é a de afirmar a *barba*, mas sem cair em contradição. Entretanto, quando se fala nesta problemática, há uma enorme facilidade em cair em contradição, conforme testemunha Platão. Em nosso artigo veremos, em um primeiro momento³, como Quine desenvolve a

³ O presente trabalho não visa uma apresentação cronológica dos autores tratados no texto. Uma

sua visão do problema da *barba*, e como ele defere alguns ataques à ela sem, contudo, tratar diretamente as soluções levantadas por ele⁴. Dada a relação da *barba* com objetos inexistentes, tentar-se-á discutir a Teoria de Objetos de Alexius Meinong, observando como essa teoria adiciona, tal qual observa Guerreiro (1999), um “tônico capilar” à *barba*. Por fim, veremos como o filósofo Bertrand Russell se comporta frente a esse problema. Em uma primeira fase de seu pensamento, ele foi adepto da Teoria de Objetos de Meinong, porém, posteriormente, elaborou ataques contundentes e desenvolveu a Teoria das Descrições, que, até onde se pode averiguar, soluciona o velho paradoxo em grande parte ou ainda dá o direcionamento para que a Navalha de Ockham faça seu serviço.

A concepção de Quine contra a *Barba*

Segundo Branquinho (2003), Quine desenvolve argumentos diretos e indiretos contra a *Barba*. Nos diretos, são “diretamente disputados diversas premissas e suposição subjacente ao argumento da *Barba*” (p. 9). Os argumentos indiretos visam reduzir a ideia central da *Barba* à incoerências e às contradições.

apresentação cronológica dos autores deveria começar por Meinong, prosseguir com Russell e terminar com Quine. Porém, o que visamos quando colocamos Quine no primeiro momento do trabalho é, principalmente, a apresentação do problema e algumas críticas feitas pelo filósofo norte americano. Deste modo, as “medidas positivas” de Quine em relação ao problema não serão tratadas aqui, sendo uma perspectiva de trabalhos futuros.

⁴ Quine sugere em *Sobre o que há* (1975) três medidas positivas frente a estes problemas e uma destas medidas é a adoção ampliada da teoria das descrições de Russell. Visto tal teoria consistir na última parte deste artigo, as medidas de Quine não serão tratadas diretamente, mas indiretamente.

Quine se pergunta: qual a natureza destes objetos que a *Barba* afirma existir? Qual a natureza dos unicórnios, para recuperarmos o exemplo antes citado? Para indagações dessa natureza, ele acredita haver duas respostas e ambas são problemáticas. A primeira resposta consiste em que o defensor de tal teoria poderia dizer que a natureza destes objetos é mental. A objeção de Quine (1975) a essa resposta é de que ela carece de univocidade, ou seja, o objeto pensado por duas pessoas distintas, a rigor, não é o mesmo. A representação mental de qualquer objeto é diferente do próprio objeto. Para Quine, quem defende a *Barba* não pode sustentar uma espécie de “mentalismo”. Dada estas consequências, Quine problematiza ainda mais: e como ficam aqueles casos em que não sabemos ao certo se o objeto existe? Por exemplo, no caso de cavalos alados ou unicórnios. Quando o objeto existe, apesar de a univocidade ser obscura, é mais fácil de entender, mas quando o objeto não existe ou é ficcional, há muita confusão.

A segunda resposta consiste em afirmar que estes objetos inexistentes ou ficcionais são possíveis (*possibilia*). Eles não existem aqui e agora, mas poderiam ter existido em épocas passadas ou ainda poderão existir no futuro. Nesse tocante, Quine alude à filosofia de Alexius Meinong. Para Meinong, unicórnios não existem de fato, mas eles fazem parte de um ser que é maior que a existência. Logo, unicórnios subsistem. Há aí a distinção entre existir e ser, a qual veremos mais adiante.

Para Branquinho (2003), Quine concede, para fins argumentativos, que unicórnios subsistem, mas, em seguida, o filósofo americano levanta sérias objeções. Quine (1975) admite que o

universo dos defensores da *Barba* é superpovoado, e isso é considerado uma ofensa ao senso estético. “[...] o universo do Sr. Y [defensor da *Barba*] é, por muitos aspectos, desagradável. Ele ofende o senso estético que, como nós, tem uma queda por paisagens desertas, mas isso não é o pior” (p.224). Para Branquinho (2003), considerações de ordens estéticas não são argumentos. Porém, Quine (1975) afirma ainda, que estas considerações estéticas não são o pior. O pior é ter que conceder a existência de objetos impossíveis, tais como “quadrado redondo”, como veremos a seguir.

Quine (1975) entende que há objetos que também não podem nem mesmo serem considerados como possíveis. No exemplo de “unicórnios”, os *possibilia* podem ser encarados, mas, e quanto a objetos impossíveis, tais como “quadrado redondo”? Há maneiras de defender sua existência? Para Quine (1975), a *Barba* é difícil de sustentar e sempre levará seu defensor a sérias objeções e contradições. Vejamos o que ele afirma

Referi-me desairosamente à barba de Platão e insinuei que ela é emaranhada. Estendi-me longamente sobre os inconvenientes de sustentá-la. É hora de pensar em medidas positivas (QUINE, 1975, p. 226)

Uma destas medidas positivas é a Teoria das Descrições de Russell. Trataremos desta teoria na última parte do artigo. Por ora, vejamos a Teoria dos Objetos de Alexius Meinong (2005), que foi o principal alvo dos ataques tanto de Quine como também de Russell.

A teoria dos objetos de Meinong

Alexius Meinong (1853 – 1920) é um filósofo austriaco bastante conhecido pela sua *Gegenstandstheorie*, ou seja, Teoria de Objetos. Meinong foi, ao lado de Husserl, um dos alunos de destaque de Brentano. Além da teoria de objetos, ele desenvolveu, segundo Guerreiro (1999, p.55), “extensos estudos sobre o associacionismo de Hume e outros tópicos de caráter psicológico e filosófico”, mas o que mais o tornou conhecido foi a sua *Gegenstandstheorie*.

Para Meinong (2005) há um “pré-juízo a favor do efetivo”, ou seja, a metafísica tradicional apenas deu atenção aos objetos “reais”, efetivos, e acabou esquecendo-se de outras categorias de objetos. Meinong afirma que a,

[...] metafísica lida, sem dúvida, com a totalidade do que existe. Mas, a totalidade do que existe, incluindo aí o que existiu e o que existirá, é infinitamente pequena em relação à totalidade dos objetos de conhecimento; e que se tenha negligenciado isto tão facilmente tem, bem entendido, o seu fundamento no fato que o interesse vivo pelo efetivo, que está em nossa natureza, favorece esse excesso que consiste em tratar o não-efetivo como um simples nada (2005, p. 96).

Mario Antonio de Lacerda Guerreiro (1999) nos ajuda a compreender isso. Para ele, Meinong denuncia quem concede:

[...] um injustificável privilégio às entidades físicas, principalmente às possuidoras daquilo que Aristóteles chamara de ‘fórmula substancial’, ou seja: coisas que se destacam umas das outras por seus contornos bem demarcados e que, por isto

mesmo, constituem unidades contáveis (p. 59).

Meinong também afirma que, sem dúvida alguma, os objetos do conhecimento não devem necessariamente existir. A totalidade dos objetos não é necessariamente efetiva ou real. Há objetos que:

[...] são dotados de uma subsistência (*bestehen*), mas em nenhum caso de existência (*existieren*) e, por conseguinte, não podem de maneira alguma ser efetivos (MEINONG, 2005, p. 97, grifo do autor)

Antes de seguirmos vejamos como Décio Krause (2011) constrói resumidamente as teses de Meinong. As teses básicas são:

(p1) Há objetos que não ‘existem’ (mas que meramente subsistem). Outra maneira de afirmar a mesma coisa é: *Existem objetos que não existem*. Claro que é preciso cuidado aqui em discernir os diferentes sentidos da palavra ‘existem’;

(p2) Qualquer coisa que possa ser alvo de um processo mental, experienciado de algum modo, é um objeto, ou seja, tem ‘existência’.

(p3) Todo objeto possui as propriedades que o caracterizam. Por exemplo, o quadrado redondo é tanto quadrado quanto redondo.

(p4) Pode haver sentenças verdadeiras acerca daquilo que não tem ser (p.13-14, grifos do autor)

Meinong é levado a distinguir “ser” de “existência”. Para ele, “existência” é o efetivo, é o que se dá no espaço-tempo. Já o “ser” subsiste, é o não-efetivo. Vejamos novamente a distinção de Krause (2011): “ser é tudo aquilo que pertence a todo o ser concebível, [...] existir é uma prerrogativa daqueles

objetos que têm uma relação específica com a existência” (p. 15).

Para Guerreiro (1999), tal qual Berkeley⁵ teve seu lema “ser é ser percebido”, Meinong adota o lema “ser é ser mencionado”. Assim, Meinong (2005) acaba abrindo mão do princípio da Navalha de Ockham, segundo Guerreiro, “por uma questão de precisão e elegância da linguagem filosófica o que ultrapassa o limite do domínio do estritamente necessário envereda pelo do perfeitamente dispensável” (GUERREIRO, 1999, p. 57). Meinong acaba comprometido com tudo o que pode ser mencionado. Então unicórnios, duendes, e todas as outras entidades que não temos precisão quanto a sua existência, no sentido de Meinong, precisam existir, ou melhor, subsistir. Afirmamos, como Guerreiro (1999), que Meinong acabou de formular um Tônico Capilar à *barba de Platão*, pois as entidades podem, para Meinong, ser multiplicadas à vontade, “embora possa fazer a barba de Platão crescer para além do umbigo, é demasiada e desnecessária” (GUERREIRO, 1999, p. 58).

A *Gegenstandstheorie* de Meinong (2005) também é levada aos seus extremos. Se ser é ser mencionado, então duendes existem, ou melhor, subsistem. Mas e quanto ao “círculo quadrado”? Para Meinong, não só ele subsiste como também é círculo e é quadrado. Portanto, qualquer palavra criada a qualquer momento, mesmo destituída de sentido, deverá existir ou subsistir. Então a palavra “supercallifragilisticexpirialidocious”,

⁵ G. Berkeley (1685 – 1753) adotava como seu lema a ideia de que “ser é ser percebido”. Isso corrobora as suas concepções empiristas e idealista, considerando que as coisas ditas matérias não passam de ideias nas mentes humanas e na mente de Deus.

que Guerreiro (1999) cunhou⁶, e que não tem sentido algum, deve ter algum objeto correspondente, na existência ou na subsistência. Realmente, a teoria de Meinong tem consequências tão contraintuitivas que é difícil conceder razão à ela.

Alguns lógicos contemporâneos têm tentado reconstruir tal teoria se baseando em lógicas não-clássicas. Eles tentam construir uma lógica paraconsistente que conceda objetos inconsistentes. Fato é que, na lógica clássica, a teoria de Meinong não funciona, pois abre mão de um princípio fundamental que é o princípio de não contradição. Objetos como o “círculo quadrado”, bastando apenas serem mencionados, devem denotar algo na esfera da existência ou na da subsistência. Na existência sabemos que isso é impossível, mas e na subsistência? Tal objeto seria possível? Duvido. Um “círculo quadrado” trata-se de um objeto impossível, contraditório e, com certeza, ele não existe no espaço e no tempo nem existirá em algum outro mundo possível. Meinong exagerou no tônico capilar e agora a barba concede até objetos impossíveis.

Mas qual o “calcanhar de Aquiles da Barba”? Ou ainda, qual a maior dificuldade que os defensores da *barba* podem enfrentar? Embora dificilmente barbas tenham calcanhares, foi Russell quem descobriu a fraqueza da barba. Mas, antes disso, o próprio Russell defendeu as ideias de Meinong.

Russell e a teoria das descrições

Bertrand Russell teve várias migrações internas em seu pensamento. Ele nunca aceitou muito a teoria das Classes Vazias de Frege. Para ele, Frege feria o princípio do terceiro excluído quando admitia que nomes de coisas não existentes referiam-se a uma classe vazia e que não podiam ser nem verdadeiros nem falso. Isso se aplica quando a expressão de sujeito da frase não apresenta referência alguma (GUERREIRO, 1999). Assim, proposições do tipo “os unicórnios não existem” referem-se, para Frege, a uma classe vazia, e não podem ser verdadeiras ou falsas.

Em 1903 Russell publica a obra *Principles of Mathematics* e aí constam algumas defesas da teoria de Meinong. Neste tempo a teoria de Meinong e a de Russell não possuía diferença quase em nada. Nessa obra de 1903, Russell aceita que os nomes deveriam necessariamente referir-se a alguma coisa. Ser mencionado no status de um sujeito lógico deveria ter em algum sentido existência, ou também “subsistência” na linguagem de Meinong, ou ainda “ser” na linguagem do próprio Russell. Não há diferenças significativas entre o “ser” de Russell e a “subsistência” de Meinong. Segundo Ayer (1974) Russell interpretava tudo de maneira muito liberal, logo,

[...] todo o termo podia ser sujeito lógico de uma proposição; e tudo o que pudesse ser mencionado era, por ele, considerado um termo; todo termo podia ser um sujeito lógico de uma proposição; e tudo que pudesse ser um sujeito lógico de uma proposição poderia ser nomeado. Segue-se daí que, em princípio, era possível usar nomes para fazer referencia não apenas a qualquer coisa existente em

⁶ Na expressão “supercallifragilisticexpialidocious”, Guerreiro (1999, p. 75) refere-se à expressão do filme *Mary Poppins*.

qualquer lugar e tempo, mas também para fazer referências a entidades abstratas de todas as espécies, e a coisas inexistentes (p. 53).

Até aqui nada de novo. Russell acreditava também que do simples fato de ser possível mencionar-se “circulo quadrado” seguir-se-ia dever haver algum objeto que se relacionasse a essa expressão, e esse objeto deveria ser simultaneamente redondo e quadrado. Assim, Russell não foi capaz de escapar daquelas dificuldades levantadas ainda na antiguidade pelo velho Parmênides de Eléia.

Não demorou muito para que o jovem Russell percebesse que o sistema era falho e as contradições, inevitáveis e insuperáveis. Em 1905, ocorre a publicação do artigo “Da Denotação” e é aí que ele percebe o erro que muitos cometeram. Segundo ele todos se deixaram enganar por uma dificuldade imposta pela linguagem, achando que a fórmula gramatical e a forma lógica eram iguais. Sabe-se que “ $x = x$ ” é sempre verdadeira, mas que “o atual rei da França = o atual rei da França” não pode ser verdadeira simplesmente porque não existe um atual rei da França. Para ele, em “Da Denotação”, as teorias “tomam qualquer expressão denotativa gramaticalmente correta como representativa de um objeto” (RUSSELL, 1974, p. 12). Isso acaba por comprometer-se com objetos contraditórios e, conseqüentemente, ferindo o princípio de não contradição. “Isto é intolerável; e se se puder estabelecer qualquer teoria para evitar esse resultado, esta deve ser certamente preferida” (RUSSELL, 1974, p.12). Vejamos como ele critica estas posições na obra “Introdução à Filosofia Matemática”,

A questão da “irrealidade, com que deparamos [...] é muito importante. Erroneamente conduzidos pela gramática, a grande maioria dos lógicos que lidaram com essa questão cuidou dela segundo linhas erradas. Consideraram a forma gramatical um guia mais seguro na análise do que de fato é. E não souberam quais diferenças na forma gramatical são importantes (RUSSELL, 1974a, p. 161).

Logo adiante ele complementa:

Na falta de um aparato de funções proposicionais, muitos lógicos foram levados a conclusões de que há objetos irreais. É alegado, por Meinong, que podemos falar sobre “montanha de ouro”, o “quadrado redondo”, e assim por diante; podemos formar proposições verdadeiras das quais essas coisas são os objetos; portanto, elas devem ter alguma espécie de ser lógico, pois, de outro modo, as proposições em que ocorrem seriam sem significados (RUSSELL, 1974a, p. 162, grifos do autor).

Mas qual a proposta da teoria de Russell? Ele consegue dar um fim na barba? A Teoria das Descrições pretende analisar como que enunciados do tipo “o atual rei da França é careca” podem ser significativos mesmo sabendo que não existe um atual rei da França. Russell não pretende de forma alguma ferir os princípios da lógica clássica. A saída de Frege de que proposições sem referências não são nem verdadeiras e nem falsas, não podem ser consideradas, pois ferem o princípio do terceiro excluído. Já Meinong apunhala o princípio de não contradição ao afirmar que qualquer coisa mencionada deve de alguma forma existir. Assim, o quadrado redondo deve subsistir e ser tanto quadrado como redondo. Para Russell,

“só existe um mundo possível, o mundo real” (1974a, p.162).

Para Krause (2011), em Russell,

[...] enunciados como “o atual rei da França”, “o quadrado redondo” são descrições definidas e nem sempre podem ser tomadas como nomes de entidades: as descrições (definidas) não são equivalentes a nomes próprios (p. 20, grifos do autor).

Nomes próprios genuínos são somente as expressões “isto” ou “aquilo”, pois referem-se diretamente a objetos. Quaisquer outros nomes, como por exemplo, “Sócrates” e “Pégasus” são abreviações de descrições. Mas Russell não é extremamente rigoroso nestas relações, pois muitas vezes ele trata de nomes próprios não genuínos como se referindo a algo, vejamos o que Ayer (1974) afirma sobre isso.

Quando [Russell] empresta cunho mais popular às exposições de sua teoria, fala como se “Scott” fosse um nome próprio genuíno e o põe em contraste com uma descrição definida, [...], mas assim age apenas por conveniência de exposição. Quando deseja ser preciso, tem a cautela de advertir que nomes como “Scott” não são nomes próprios genuínos (p. 57).

Os nomes usuais são meras abreviações de descrições. As descrições definidas introduzem o objeto indiretamente no discurso, introduzem descrevendo-os (BRITO, 2003).

A negação da expressão “o atual rei da França é careca” é a expressão “o atual rei da França não é careca”, mas como pode isso acontecer se se sabe que não existe nenhum rei da França? Para Russell, se “enumerarmos as coisas que são carecas, e a seguir as coisas que não são carecas, não encontraremos o atual rei da França em nenhuma das duas

enumerações” (1974, p.14). Russell ainda afirma de uma maneira que lhe é totalmente própria que se tivéssemos perto de um bom hegeliano, que ama uma síntese, ele nos afirmaria que então o rei da França usa uma peruca.

A resposta hegeliana, para Russell, não serve. Então, como a expressão “o atual rei da França é careca”, mesmo sabendo que ele não existe, possui sentido? Certo é que ela tem sentido e não tem uma referência. Russell concebe uma teoria abandonando a “perspectiva de que a denotação é o que se concerne nas proposições que contêm expressões denotativas” (1974, p.13). Russell deve alcançar uma forma de negar tal expressão. Para que tal proposição fosse corretamente negada devemos parafraseá-la na linguagem elementar lógica da seguinte maneira

Existe x , tal que (1) x é um atual Rei da França, (2) um e somente um objeto é idêntico a x e (3) x é calvo.

Desse modo, a descrição definida “o atual Rei da França” era eliminada. Ela não mais figurava como termo sujeito. Em seu lugar, tínhamos um quantificador existencial quantificando a variável x . A expressão “um Rei da França” desempenha o papel de um predicado, assim como “é calvo”. Ligados pelo conectivo “e”, ambos os predicados eram atribuídos ao sujeito quantificado x . Levando em consideração a regra para o estabelecimento dos valores de verdade da conjunção, Russell chegou à conclusão de que [a expressão] era falsa, porque suas partes (1) e (2) eram falsas (GUERREIRO, 2003, p. 85, grifos do autor).

Russell (1974) tira a carga existencial do sujeito lógico e a transfere para os quantificadores. Ele dilui a descrição,

ou o nome, que aparentemente são existenciais na linguagem ordinária, para uma formalização lógica em que as descrições não tenham nenhum compromisso ontológico. Esta paráfrase para a linguagem lógica resolve até o enigma das coisas que não existem. No entender de Russell, a expressão “Pégasus não existe”, sabendo que nomes são abreviações de descrições, deveriam ser parafraseadas para “o cavalo alado de Belerofonte não existe”. E esta última expressão deverá ser parafraseada para a linguagem lógica, na qual a carga existencial sai da descrição e migra para as variáveis das funções proposicionais. A paráfrase para uma linguagem lógica de primeira ordem ficaria da seguinte maneira, onde A significa “o cavalo alado de Belerofonte”:

$$\sim \exists x (Ax \wedge \forall y (Ay \rightarrow y = x) \wedge Ex).$$

O esclarecimento de Décio Krause (2011) é importante. Vejamos:

[...] o que é negado não é algo (a existência) de um certo indivíduo, mas uma afirmativa acerca da existência de uma certa entidade no considerado domínio do discurso, ou seja, estamos dizendo que é falso que no mundo exista um e único indivíduo que é cavalo alado de Belerofonte e o que quer que seja o cavalo alado de Belerofonte, esse indivíduo existe (p. 28).

Grosso modo, nomes de coisas que não existem devem ser, no caso de “Pégasus”, “analisadas como ‘o único x que é um cavalo alado branco’, e assim nos livramos de ter que nomear entidades não existentes” (KRAUSE, 2011, p.28). Este mesmo vale para o caso do “círculo quadrado”, que deve se tornar “existe um único x que tem as propriedades de ser um círculo e ser quadrado”.

Em rigor, Russell acredita que entidades mitológicas, fictícias, ‘não-entidades’, ou pseudo-entidades⁷, todas estas entidades são descrições que não denotam nada⁸, e consequentemente são falsas (CINTRA, 2007, p.75). Assim Russell supera as dificuldades de Frege e Meinong.

Considerações finais

Deste modo, verifica-se que existem dois problemas com aquilo que Quine apelidou de *a barba de Platão*. O primeiro seria de que o sujeito lógico da sentença deve se referir a alguma coisa. O segundo refere-se às sentenças existenciais negativas, ou dito de outra forma, a origem de tal problema é que conseguimos falar com sentido, por meio de proposições, acerca de entidades cuja existência é duvidosa e outras até impossível. Os contornos deste artigo tentaram apresentar como teorias contemporâneas se desdobram para resolver estes problemas. Observamos a existência de dois tipos de teorias que lidam com *a barba*. Uma das teorias é do filósofo A. Meinong que desenvolveu uma teoria de objetos. Ele defende que essas entidades devem de alguma maneira existir, ou ainda subsistir, e isso é o que dá o sentido as nossas proposições. Tal filósofo adota uma distinção entre ser e existir, e ainda assegura que há coisas que são dotadas de ser, mas que não possuem a existência efetiva. Assim, sujeitos gramaticais como “unicórnios” devem de alguma maneira subsistir, pois usamos este sujeito em proposições com sentido. Porém, Meinong encontra sérias dificuldades quando objetos impossíveis, tal como “círculo-

⁷ Não-entidades ou pseudo-entidades equivalem a “círculo quadrado”, já objetos fictícios como “Pégasos” poderiam ou não ter existido.

⁸ Se aceitarmos, claro, que nomes próprios são “descrições disfarçadas”.

quadrado” tomam o lugar de sujeitos gramaticais, pois mesmo assim ele concede algum status ontológico mínimo a tais entidades.

A outra teoria é desenvolvida pelo filósofo B. Russell e acredita-se que a proposta de Russell (1974) foi um marco para estas questões. Com a proposta russelliana da teoria das descrições definidas, solucionam-se, no mínimo, em parte, estes problemas. O primeiro problema é dissolvido quando aceitamos que os nomes usuais não se referem a objetos diretamente, pois nomes próprios são abreviações de descrições. E as descrições e até os nomes usuais não possuem na sua forma lógica a mesma equivalência da forma gramatical usual. A linguagem usual é responsável por lançar enganos na cabeça do filósofo, que a concebe como descrevendo o mundo real corretamente. Russell nos mostrou, no artigo “Da Denotação”, que a forma lógica é diferente da gramatical, e é na linguagem lógica que devemos tratar estes dois problemas ontológicos. O segundo problema não foge muito disso, pois a carga existencial, que na linguagem usual é atribuída ao sujeito lógico da sentença, é levada para dentro de uma função proposicional. Consequentemente, não se nega o objeto no mundo, mas sim a sua condição de entidade que domina, através da linguagem, o domínio das variáveis.

Referências

AYER, Alfred J. *As ideias de Bertrand Russell*. Tradução de Leonidas Hegenber e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo. 1974.

BRANQUINHO, João. Acerca da Forma Lógica de Existência. In: *Disputatio*. v. 1, Sup. I, p. 04-33, Nov. 1998. Disponível em:

<<http://www.disputatio.com/uploads/pdfs/articles/S01-1.pdf>> Acesso em: Jan. 2013.

BRANQUINHO, João. *Estará a Barba de Platão mesmo Emaranhada?* In: Seminário de Filosofia Analítica do centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2003. (Seminário).

Disponível em:

<<http://www.joaomiguelbranquinho.com/upload/s/9/5/3/8/9538249/barba.pdf>>. Acesso em: Jan. de 2013.

BRITO, Adriano Naves de. *Nomes Próprios: Semântica e Ontologia*. Brasília: Ed. UNB, 2003.

CINTRA, Fernando Vogel. *A Teoria das Descrições de Bertrand Russell*. Porto Alegre: UFRGS, 2007, 132p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2007.

GUERREIRO, Mario A. de L. *O Problema da ficção na filosofia analítica*. Londrina: EdUEL, 1999.

KRAUSE, Décio. *Tópicos em Ontologia Analítica*. Florianópolis: Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

MEINONG, Alexius. Sobre a teoria do objeto. In: BRAIDA, Celso R. *Três Abertuas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*. Florianópolis: Rocca Brayde, 2005. p. 91-145.

PLATÃO. *Sofista*. Tradução de Edson Bini. In: Diálogos I: Teeteto, Sofista, Protágoras. Bauru: EDIPRO, 2007. (Clássicos Edipro)

QUINE, Willard V. O. Sobre o Que Há. Tradução de Luis Henrique dos Santos. In: RYLE, AUSTIN, QUINE, STRAWSON. *Ensaio*. São Paulo: Nova Cultura, 1975. p.223-235. (Coleção Os Pensadores)

RUSSELL, Bertrand. Da Denotação. In: RUSSELL, MOORE. *Lógica e Conhecimento*. São Paulo: Nova Cultura, 1974. p.09-20. (Coleção Os Pensadores)

RUSSELL, Bertrand. *Introdução à Filosofia da Matemática*. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1974a.

Recebido em 2013-07-19
Publicado em 2013-11-30-